

a afirmativa 20

Nº 02 | Agosto de 2014 | www.revistaafirmativa.com

SUPER NEGÕES

Mitos e verdades sobre o corpo negro no esporte
(Página 06)

O MEDO DO OUTRO

Entrevista com a professora Angela Figueiredo
(Página 12)

O CANDIDATO

Conto inédito escrito por Lande Onawale (Página 24)

O VEXAME DE TANTAS MARIAS

O retrato de um cotidiano desumano e cruel
(Página 20)

O BRASIL CONTRA OS TUPINAMBÁ

Uma guerra em curso
(Página 08)

Racismo RELIGIOSO

“Caça às bruxas” no Brasil contemporâneo



50 anos da Feira de São Joaquim

Um patrimônio cultural Afro-Baiano

Em breve exposição da

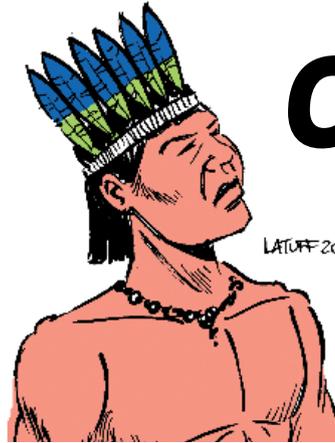


ZUMVI
Arquivo Fotográfico

14



FOTO MORGANA DAMÁSIO



08

LATUFF 2013



ILUSTRAÇÃO CARLOS LATUFF

18



FOTO ANA REIS



ILUSTRAÇÃO ALEXANDRE DE MAIO

20

06



12

12

ENTREVISTA

Angela Figueiredo fala sobre políticas afirmativas.

14

RACISMO RELIGIOSO

A caça às bruxas no Brasil contemporâneo.

18

FORÇA BLACK

Cuidar dos crespos é bonito e barato.

20

REVISTA VEXATÓRIA

O vexame de tantas Marias nos presídios brasileiros.

24

O CANDIDATO

Conto escrito pelo poeta Lande M. Onawale.

26

DENEGRIR A UNIVERSIDADE

No sentido literal.

05

COLUNA SUELI CARNEIRO

O sangue negro que paga a Copa do Mundo.

06

SUPER NEGÕES

Mitos e verdades sobre o corpo negro no esporte.

08

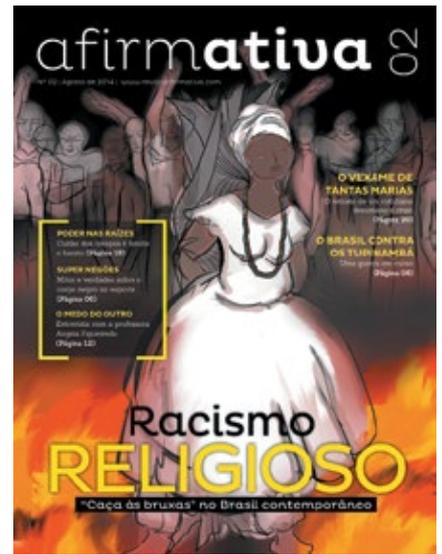
BRASIL X TUPINAMBÁ

A luta secular de um povo pelo direito de existir.

O segundo passo

Eis a segunda Afirmativa. Foram três meses de produção e nesse meio tempo ampliamos a equipe, a linha editorial e a quantidade de páginas. Se alguém avisasse que daria ainda mais trabalho que a primeira, duvidaríamos certamente. Mas valeu. Tá pronta e na sua mão! Extravasamos os muros. Política afirmativa se faz também fora da universidade. Saudando os donos da terra, esta edição traz a história do povo Tupinambá no Sul da Bahia. Também narramos aqui o cotidiano violento e invasivo de tantas Marias em presídios brasileiros. Na reportagem de capa, o Brasil contemporâneo se confunde com a Idade Média, o povo de santo sofre na fogueira da inquisição moderna. Uma senhora é perseguida e criminalizada em sua vizinhança. O motivo? Sua fé. A capa ainda traz a belíssima ilustração de nosso

parceiro Pedro Magalhães, artista responsável pela página no facebook Pendurado no firmamento. E a Copa foi pra quem? Na coluna Sueli Carneiro a historiadora Mayara Pláscido fala das exigências da FIFA que não vieram no contrato: sangue negro e higienização social pagam o evento. Acabou a Copa, 2016 é ano de olimpíada, e lançamos a pergunta, quem poderá competir com os poderosos super-negões? Inauguramos nesta edição a sessão literária. Conto de Lande Onawale traz uma reflexão sobre o negro na disputa eleitoral. E por fim, a força que vem das raízes. Estética negra, identidade e autoestima frente ao padrão branco imposto pela sociedade e reproduzido pela mídia. Para lançar a primeira edição alçamos voos pela Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo, Sergipe e Brasília. Nesta segunda, o céu é o limite. ✊



Conheça a arte mixuruca do artista Pedro Magalhães (responsável pela capa desta 2ª edição) em sua página no Facebook, Pendurado no Firmamento.



» www.facebook.com/penduradonofirmamento

QUEM FAZ A REVISTA



afirmativa

Editora-Chefe
Morgana Damásio
morganadamasio@gmail.com

Editora Executiva
Alane Reis
alane.t.reis@gmail.com

Diagramador
Rafael Bacellar
ra.bacellar@gmail.com

Repórteres

Alane Reis Edimilton Santos Rose Cerqueira
Aline Lima Jonas Pinheiro
Amanda Dias Morgana Damásio

Revisão

Alane Reis
Jonas Pinheiro
Rose Cerqueira

Colaboradores: Alexandre de Maio, Angela Figueiredo, Carlos Latuff, Denise Ribeiro, David Aynan, Lande Onawale, Mayara Pláscido, Pedro Magalhães (Pendurado no Firmamento), Samuel Vida.

Apoio: Coordenadoria de Políticas Afirmativas (CPA/PROPAAE/UFRB)



O sangue negro que paga a Copa

 Mayara Plácido*

Africa do Sul, Copa do Mundo da Fifa 2010. Notícias veiculadas por jornais da mídia mundial, como o *Le Monde Diplomatique* e *Pambazuka News*, informavam a expulsão de famílias sul-africanas de suas casas para dar lugar à construção do estádio Green Point, na Cidade do Cabo. Imagem contraposta às notícias veiculadas nas mídias televisivas e virtuais, sobre o apoio da população sul-africana às obras de infraestrutura para o Mundial.

A visibilidade das práticas de desapropriação por toda África do Sul vem sendo pautada, desde 2005, por um movimento organizado por moradores de favelas locais, o *Abahlali Basemjondolo*. Durante a Copa 2010, o grupo conseguiu publicizar suas demandas com a construção de ambientes de mobilização e disputa. Entre as ações estavam a realização de manifestações com o uso de barricadas em rodovias e passeatas, para denunciar a estrutura precária de suas comunidades, bem como reivindicar a construção de espaços educativos para os moradores locais.

As atuais favelas sul-africanas representam a continuidade das políticas de segregação entre negros e brancos, estabelecidas durante as décadas do Apartheid (1948-1994). Estas comunidades são herdeiras dos Bantustões ou Homelands (espaços de moradia precária, miserável e distante

dos locais onde os sul-africanos pretos trabalhavam) destinados à população negra durante os anos em que a segregação naquele país encontrava apoio constitucional.

O governo sul-africano empreendeu uma política sistemática de evacuação/expulsão/retirada de famílias moradoras das áreas centrais de cidades da África do Sul, para a construção de estádios e infraestrutura específica para a realização do evento esportivo. Profundas marcas do sistema de segregação racial vigorado durante o Apartheid, com reelaborações de práticas racistas gestadas desde os primeiros anos de colonização holandesa e inglesa, nos séculos XVI e XIX, respectivamente.

Brasil, Copa do Mundo da Fifa 2014. Segundo uma projeção feita pela BDO, empresa internacional de auditoria e consultoria especializada em análises econômicas, financeiras e mercadológicas, a construção da infraestrutura para o evento futebolístico gerou um lucro de R\$10 bilhões para a entidade organizadora. Mais de 170 mil famílias foram expulsas de suas casas, por vezes, avisadas com um dia de antecedência. Registraram-se desapropriações no Rio, em São Paulo, Cuiabá, Recife, Belo Horizonte e Porto Alegre.

Essas centenas de milhares de famílias sem casa, sem terra, sem dignidade, fazem parte da população inadequada deste país. Os “desapropriados”, pretos e pobres, moradores de favelas,

ocupações e bairros não-planejados, são incômodos aos holofotes internacionais que aqui estiveram ávidos de imagens felizes, harmônicas e brancas (com exceção da mulata, que esteve sim, alegrando as mentalidades estrangeiras - nem as baianas de acarajé eram apazíveis). Dessa forma, reafirmaram-se os interesses da elite nacional tradicional para a manutenção do processo de exploração, marginalização e, no limite, silenciamento/morte da população preta pobre do Brasil.

A disputa por moradia e terra sempre foi a tônica da localização social/racial desde que isso aqui nem era Brasil. Restringir o acesso a terra, restringe, por consequência, o acesso a moradia e possibilidades de subsistência.

África do Sul e Brasil. Dois territórios que vivenciaram práticas de colonização europeia estruturadas a partir de uma lógica de segregação racial - Apartheid para a primeira, Escravidão para o segundo. Que relação isso tem com as Copas do Mundo de Futebol sediadas nestes países, ou melhor, com a política sistemática de expulsão e posterior invisibilização dos negros e pobres nos dois países? Nos meses de junho e julho de 2014 a imprensa televisiva disputou as mentes e os corações da população brasileira, apaixonada por futebol, inclusive daqueles que, expulsos de suas casas ou não, não foram aos estádios torcer pela seleção por não poderem pagar os caríssimos ingressos. 

* Graduada e mestre em História pela UEFS, Doutoranda em História Social pela UFBA e professora adjunta do IFBA.

SUPER NEGÕES

O esporte sempre se reivindicou como um espaço livre, mas reflete conflitos raciais existentes na sociedade, onde o negro ainda é tratado como um corpo selvagem e primitivo.

 Amanda Dias

No atletismo, dos últimos 38 recordistas mundiais nos 100 metros rasos, 28 são negros. O jamaicano Usain Bolt, em 2009, alcançou nesta prova o tempo recorde de 9,58 segundos. A marca está abaixo do limite definido pelo pesquisador e fundador do Centro Olímpico de Treinamentos Gideon Ariel, que acreditava ser humanamente impossível bater esse tempo sem romper os tendões e quebrar os ossos.

Os cientistas Adrian Bejan, Edward C. Jones e Jordan D. Charles realizaram estudos para descobrir as razões pelas quais os negros foram mais rápidos. O título “A Evolução da velocidade no atletismo: Porque os corredores mais rápidos são o negros e os nadadores são brancos”, publicado em 2010, gerou polêmica ao concluir que os negros possuíam membros inferiores maiores e os indivíduos brancos troncos mais desenvolvidos. Isso teria relação direta no desempenho em seus esportes de dominância.

A relação entre o posicionamento do centro de gravidade (localizado, em média, nos negros 3% acima do que em indivíduos brancos) daria uma vantagem de 1,5% no tempo total para os negros em provas de velocidade do atletismo, e os mesmos 1,5% de vantagem para os brancos nas provas rápidas de natação.

Entre esportistas predomina a visão que pessoas negras se desempenham melhor nos esportes porque são biologicamente mais fortes, resistentes e explosivas. Discurso notoriamente influenciado pelo suposto caráter científico da afirmação.

O professor de educação física Bruno José de Queiroz afirma que os africanos apresentam maior força muscular,

resistência e velocidade. A ex pivô da seleção sub 18 de futsal de Valença, região do Baixo Sul da Bahia, Érica Fonseca, acredita que a força física é um diferencial das meninas negras, apesar de não influenciar tanto no futsal. “Eu acho que questões técnicas influenciam mais do que exatamente de ser negro ou branco”.

Os posicionamentos sobre o tema são divergentes, argumentos utilizados por profissionais e especialistas mostram que nada é determinante. De acordo com a mestra em biologia, Diane Silva, a hipertrofia - aumento do volume muscular - “acontece em decorrência da atividade física e é uma espécie de resposta do organismo ao estímulo”. Quanto à probabilidade de ocorrer na população negra algum fator genético que torne o ganho de

“Acreditamos que negros são mais fortes e resistentes, porém são menos técnicos, porque nos ensinaram assim.”

OSMUNDO PINHO

massa muscular mais 'fácil', Diane discor- da dos estudos citados no início do texto. "Os genes podem existir, mas a expressão destes genes vai estar diretamente ligada a dieta e atividade física", diz a mestre.

A lutadora de Artes Marciais Mescladas (MMA), Marília Santos, discorda da maioria dos atletas. "O que acontece é que por ser negro e por causa do preconceito a gente acha que tem que ser melhor e se destacar mais", afirmou Marília.

Para Natale Pacheco, estudante de educação física da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e atleta amadora de futsal, os negros são mais "raçudos" por terem que enfrentar o preconceito todos os dias, dentro e fora do campo ou da quadra. "Dar um 'gás' maior no esporte é uma luta diária contra todo e qualquer tipo de preconceito", afirma.

O esporte, portanto, é também um espaço de conflito racial e a ciência é mais uma esfera utilizada para justificar a segregação em determinadas modalidades. É o que defende o judoca e estudante de Ciências Sociais Paulo Roberto Silva. "A ciência, com o seu discurso de verdade, traz a ideia de que alguns esportes não podem ser para negros. Por trás deste discurso de 'biologização exacerbada' existe

uma lógica racista, que blindo algumas modalidades da presença negra".

Superando a pobreza e a marginalização geográfica, fora do circuito Sudeste de Natação, o baiano Edvaldo Valério conseguiu chegar à elite mundial do esporte e foi diversas vezes campeão brasileiro de natação nas provas de 50, 100 e 200m nado livre. Além disso, conquistou a medalha de bronze no revezamento 4x100 metros livres nos Jogos Olímpicos de Sydney, em 2000. Apesar de ter garantido a medalha para o Brasil, no ano seguinte, Edvaldo perdeu metade dos patrocínios tendo de se mudar para o sudeste para se manter no esporte. A mudança não trouxe as oportunidades esperadas, a falta de reconhecimento fez com que o atleta baiano nadasse por mais nove anos sem apoio. Em 2009, ele voltou à Salvador decidido a parar por falta de patrocínio.

Outro exemplo de que o esporte é influenciado por questões sociais e políticas é o caso do ex-velocista Thomas Smith, que tornou-se mundialmente famoso por sua vitória nos 200 metros rasos nos Jogos Olímpicos do México, em 1968. Durante a cerimônia do pódio ele e seu compatriota John Carlos, ergueram os

punhos direitos fechados, uma saudação do Partido dos Panteras Negras, marco na história das lutas pelos direitos civis dos afro-americanos. Após o ato, os corredores foram banidos dos jogos pelo Comitê Olímpico Internacional e a Federação de Atletismo dos Estados Unidos jamais colocou o nome deles no hall da fama do atletismo.

O doutor em ciências sociais, Os- mundo Pinho, explica que no esporte é atribuído ao corpo uma qualidade natural e espontânea, isso faz com que não acreditemos que ele possa ser mediado ou regulado pela cultura. Porém, o corpo é produto da história e só ganha sentido em determinado contexto. "Acreditamos que negros são mais fortes e resistentes, porém são menos técnicos, porque nos ensinaram assim. Esses ensinamentos têm história e refletem as condições de vida, passadas e presentes, da maioria das pessoas de pele escura no Ocidente moderno". Ainda segundo Osmundo, o racismo influencia e permeia toda a experiência do corpo negro na diáspora moderna, não sendo natural ou fruto da biologia, mas sim resultado e "arena da própria história". 🖐

FOTO DIVULGAÇÃO



O medalhista jamaicano Usain Bolt posando para a foto da vitória nas Olimpíadas de 2012, em Londres

BRASIL contra os TUPINAMBÁ

*A luta secular
de um povo pelo
direito de existir*

✉ Alane Reis e Rose Cerqueira

📷 David Aynan

ILUSTRAÇÃO CARLOS LATUFF



N Em março de 2014, cerca de 400 pessoas, representando 42 entidades do movimento social do Brasil, América Latina e Europa, estiveram presentes na “Marcha dos Povos da Cabruca e da Mata Atlântica: Em defesa das terras sagradas Tupinambá”. O destino foi à Aldeia Tupinambá da Serra do Padeiro, município de Buerarema, região Sul da Bahia. A intenção dos 18 km de caminhada serra a cima era demonstrar apoio ao povo Tupinambá em luta por seu território e, consequentemente, pela sobrevivência. A recepção do Estado brasileiro aos andantes não poderia ter sido mais representativa. Um helicóptero de guerra

da Marinha do Brasil sobrevoou por três vezes a aldeia em voos rasantes. Para entender melhor os motivos da Marcha e da bélica recepção do Estado, é importante resgatar alguns capítulos dessa história. Entre o final do século 19 e início do século 20, o cultivo do cacau fez da região, a mais importante fronteira agrícola do estado. Neste período, inicia-se um processo intenso de inserção de não índios no território tradicionalmente ocupado por Tupinambá, através dos casamentos inter-raciais com mulheres indígenas, e da violenta apropriação das terras por grileiros. Nas primeiras décadas do século 20, os índios que não migraram para as zonas

urbanas tiveram que se manter em pequenos pedaços de terras ou trabalhar nas lavouras de cacau, em condições análogas a escravidão. Fontes etnológicas já davam os Tupinambá como extintos desde o século 18. A paz foi forjada em sangue indígena. Os fazendeiros dormiam tranquilos com a certeza da posse das terras que não lhes pertencem. “Os sobrenomes dos supostos proprietários de fazendas são os mesmos dos coronéis dos anos 30. No sul da Bahia até hoje tem coronel”, explica a jornalista, antropóloga e pesquisadora na questão Tupinambá, Daniela Alarcon. Os Tupinambá, enquanto estiveram “invisíveis”, não possuíam mais suas próprias

casas, não lhes restavam os meios de subsistência ancestrais, os cemitérios dos mortos, os umbigos enterrados dos nascidos, os assentamentos religiosos de seus Encantados e a dignidade. Tudo se perde com a terra. Para os povos tradicionais a própria terra é manifestação do sagrado. “A gente só faz o que os Encantados mandam. Um dia eles disseram: vocês têm uma semana pra tomar nossas terras de volta. Foi assim que começamos e retomamos as terras”. Desabafa Rosivaldo Ferreira da Silva, o cacique Babau, liderança na Aldeia Tupinambá da Serra do Padeiro. O conflito volta a se intensificar no início dos anos 2000, quando os Tupinambá passaram a imprimir ações intituladas “retomadas de terras”, com intuito de pressionar o Estado a cumprir a lei e remarcar as terras onde tradicionalmente vivem. Em maio de 2002, o Brasil reconhece oficialmente a existência do povo Tupinambá. Em 2004, a Fundação Nacional do Índio (Funai) iniciou o procedimento de identificação e delimitação da Terra Indígena (TI) Tupinambá de Olivença. Na condução do processo demarcatório, todos os prazos estabelecidos pelo Decreto nº1.775/1996, que regulamenta e fornece etapas às demarcações de terra indígena, foram violados. Em 2009, a Funai delimitou a TI em 47 mil hectares, compreendidos nos municípios de Buerarema, Ilhéus e Una, onde vivem cerca de 4.700 índios e 1200 famílias, em 21 aldeias, de acordo com dados da Fundação Nacional de Saúde (Funasa - 2009). Em março de 2012, o órgão indigenista encaminhou o processo dos Tupinambá ao Ministério da Justiça (MJ). Em abril do mesmo ano, a consultoria jurídica do ministério manifestou-se pela aprovação dos estudos elaborados. Diversas contestações à demarcação foram indeferidas e não restam dúvidas sobre a tradicionalidade da ocupação indígena. Ainda assim, o processo está parado. Para dar seguimento, o Ministro

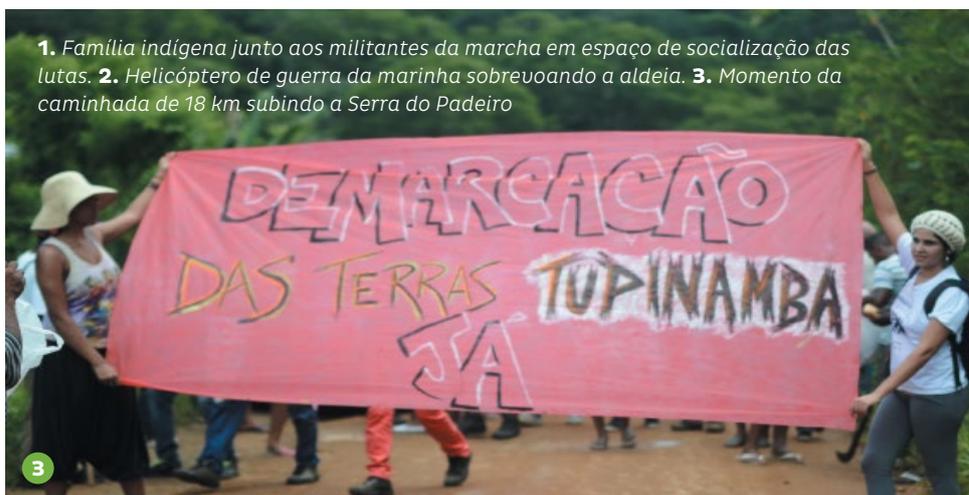
da Justiça, José Eduardo Cardozo (PT), precisa assinar a portaria declaratória da TI para posteriormente encaminhar às etapas finais, incluindo o pagamento das indenizações aos ocupantes não indígenas e o reassentamento daqueles que têm perfil de cliente da reforma agrária. A equipe de reportagem entrou em contato com o MJ para maiores esclarecimentos sobre a questão indígena, mas até o fechamento desta edição não obtivemos retorno.

No lugar de assinar a portaria, o ministro Cardozo, em setembro de 2013, instalou uma “mesa de diálogo” - fórum interinstitucional para tratar do caso Tupinambá. A reunião contou com a forte presença das forças militares, o governador do estado da Bahia Jaques Wagner (PT), lideranças indígenas e pretensos proprietários rurais. O movimento indígena há anos vem denunciando que estes fóruns, adotados pelo governo em regiões apropriadas pelo agronegócio, são parte da estratégia de atrasar a demarcação das TIs. O Minis-

tério Público Federal (MPF) já propôs três ações civis públicas (em 2007, 2012 e 2013) responsabilizando o Estado por não cumprir a atribuição legal de proteger os direitos territoriais indígenas rurais. O movimento indígena há anos vem denunciando que estes fóruns, adotados pelo governo em regiões onde há forte presença do agronegócio, são parte da estratégia de atrasar a demarcação das TIs. O Ministério Público Federal (MPF) já propôs três ações civis públicas (em 2007, 2012 e 2013) responsabilizando o Estado por não cumprir a atribuição legal de proteger os direitos territoriais indígenas, conforme determinam a Constituição Federal de 1988 e os tratados internacionais de que Brasil é signatário.

DE TERRAS SAGRADAS A TERRITÓRIO DE GUERRA

Alvos de emboscadas realizadas por ocupantes não indígenas, os Tupinambá têm sido vítimas também de recorrente violência policial. Em junho de 2009, du-



1. Família indígena junto aos militantes da marcha em espaço de socialização das lutas. 2. Helicóptero de guerra da marinha sobrevoando a aldeia. 3. Momento da caminhada de 18 km subindo a Serra do Padeiro

“Pra tirar nós daqui,

rante tentativa de reintegração de posse, agentes da Polícia Federal (PF) submeteram cinco índios a chutes, socos e choques elétricos, confirmados por laudo do Instituto Médico Legal (IML).

A pedido do governador Wagner e por determinação do ministro Cardozo, o território indígena Tupinambá de Olivença encontra-se militarizado desde agosto de 2013. Entre os dias 28 de janeiro e 4 de fevereiro deste ano, agentes da Força Nacional de Segurança Pública, em conjunto com a PF, realizaram ações violentas de reintegração de posse em quatro fazendas retomadas pelos Tupinambá da Serra do Padeiro. Em três delas, os Tupinambá impediram a reintegração. Na quarta, na fazenda Sempre Viva, foi instalada uma base policial, dando início à ocupação militar permanente do território.

O governo do estado da Bahia e o Ministério da Justiça asseguram que a presença das tropas evitaria conflitos entre indígenas e não indígenas contrários à demarcação. Entretanto, no mesmo agosto da ocupação militar, um caminhão que transportava estudantes da Escola Estadual Indígena Tupinambá Serra do Padeiro sofreu uma emboscada e foi alvejado. Estilhaços feriram dois jovens indígenas, no rosto e no peito. Dias depois em Buerarema, grupos contrários à demarcação realizaram uma série de protestos violentos. Apesar da Força Nacional de Segurança ter sido deslocada para a área, os ataques persistiram. Veículos de órgãos públicos foram retidos e incendiados por manifestantes. Indígenas que vivem na zona urbana de Buerarema tiveram suas casas e bens pessoais incendiados.

No dia 8 de novembro de 2013, três indígenas foram assassinados em uma emboscada quando retornavam da coleta de piaçaba. Conforme depoimentos, as ví-

timas: Aurino Santos Calazans, 31, Agenor Monteiro de Souza, 30, e Ademilson Vieira dos Santos, 36, foram atacados a tiros e golpes de facção por quatro homens em duas motocicletas. Um dos indígenas foi encontrado quase decepado, apresentando marcas de tortura e ferimentos provocados por facção e chicote.

Intimidações e saques na produção agrícola passaram a fazer parte do cotidiano dos Tupinambá. Por razões de segurança eles evitam sair da aldeia, o que impede o acesso a serviços de saúde e acarreta significativos prejuízos econômicos ao impossibilitar a comercialização da produção. “Não podemos ir à cidade. Por causa da violência contra a gente tem oito meses que eu não vou. O povo lá impede que nós vá vender o que produzimos. Junta maloqueiro contratado pelos fazendeiros e toma a farinha, o cacau e a banana que a gente vai vender. Eles batem até em mulheres e crianças indígenas”. Revelou Dona Ailza, 54, Tupinambá da Aldeia Serra do Padeiro.

“A ocupação militar tem por objetivo reprimir os indígenas e evitar a realização de novas retomadas de terra. A única forma de se pacificar a região e garantir os direitos de todos, é a demarcação. Os fazendeiros, que por décadas se mantiveram invasores do território, receberão indenizações por realizarem ‘benfeitorias de boa fé’. Os pequenos agricultores, que têm o perfil de clientes da reforma agrária, serão devidamente reassentados”. Explica a pesquisadora Daniela Alarcon. O Procurador da República em Ilhéus, Ovídio Augusto Amoedo Machado, também deu declarações afirmando que “a conclusão do processo demarcatório é essencial para a pacificação da região, pois trará segurança jurídica para ambas as partes”.

AGRONEGÓCIO, O HERDEIRO DIRETO DO CORONELISMO

O principal argumento anti-demarcação é que os Tupinambá de Olivença não são verdadeiros índios. “Por não possuírem o fenótipo arquetipo do que as pessoas imaginam que seria um índio, eles são acusados de se apropriarem da identidade, para usufruírem de direitos indígenas”. Explica a professora, antropóloga e pesquisadora na questão Tupinambá, Patrícia Navarro. Segundo a convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, da qual o Brasil é signatário, o critério para que se reconheça alguém como indígena é a auto identificação respaldada pelo grupo.

“Ninguém é exatamente igual aos seus antepassados. Esse índio do livro didático não existe mais. Eles participam da política, da economia, vão à Universidade, e não deixam de serem índios por isso. A identidade independe das mudanças, a cultura muda o tempo todo”. Explica Patrícia Navarro. Para Daniela Alarcon, a argumentação anti-indígena é tão perversa que se adapta a qualquer situação. “Se os índios estão prósperos, produzindo e cultivando a terra em grande escala, dizem logo que não são mais índios. Se pelo contrário, estão produzindo pouco, vão chamá-los de preguiçosos, e por isso não precisam da terra”.

Não por acaso, a descaracterização da identidade indígena tem sido reforçada sistematicamente por séculos. “É um pensamento criado pelas grandes oligarquias e mantido pelo herdeiro direto, o agronegócio. É o mito da democracia racial, que extingue os povos existentes no Brasil para se criar o povo brasileiro”. Comenta a também professora, antropóloga e pesquisadora na questão, Jurema Machado.

Enquanto o Ministério da Justiça se

só matando.”

CACIQUE BABAU

mantém paralisado no seguimento do processo demarcatório, “a omissão dos órgãos responsáveis (Funai e Incra), cria terreno fértil para que os fazendeiros estimulem nos posseiros o ódio e o medo aos indígenas”, garante a professora Patrícia Navarro. “A Funai deveria estar constantemente dentro das áreas que estão sendo demarcadas, promovendo junto aos pequenos agricultores, o entendimento do processo de demarcação e como e onde eles serão reassentados. Isso já evitaria inúmeros conflitos no território”, explica.

Paralela à morosidade do processo que já se arrasta por mais de 10 anos, estratégias são usadas para minar a organização indígena. Lideranças têm sido ilegalmente presas, e criminalizadas pela imprensa local, que apresenta os Tupinambá como “criminosos que se dizem índios”. Cacique Babau, referência na luta de seu povo, é acusado de envolvimento no assassinato do pequeno agricultor, Juracy José dos Santos, morto em fevereiro deste ano, no distrito de Vila Brasil, município de Una.

No dia 20 de fevereiro, Babau teve sua prisão temporária decretada pelo juiz Maurício Alvares Barra, da Vara Criminal da Comarca de Una. O inquérito policial correu em segredo de justiça. O mandado de prisão foi expedido dez dias após o homicídio. A duração das investigações chama atenção, quando se sabe que a Polícia Civil em Una dispõe de um contingente de apenas dois policiais. Apenas testemunhas de acusação foram ouvidas. A polícia alegou à Justiça não ter conseguido encontrar o cacique para que ele prestasse depoimento. Entretanto, sabe-se que o cacique Babau é assistido, desde 2010, pelo Programa de Proteção aos Defensores

de Direitos Humanos, em razão das numerosas ameaças de morte que recebe desde que se iniciou o processo de recuperação territorial. Além disso, como já foi dito, Babau vive em um território ocupado por forças militares e é cotidianamente vigiado.

Entre as pesquisadoras Daniela, Jurema e Patrícia, uma opinião é unânime: “todos os processos de demarcação de terras estão parados no Brasil porque qualquer situação que venha colidir com o interesse dos ruralistas, o governo não tem cumprido seu papel”. A professora Jurema segue explicando que a situação no Sul da Bahia está longe de ser um caso isolado. “O governo não demarca a terra Tupinambá, do mesmo jeito que não faz no Mato Grosso do Sul, com os Guarani; no Oeste do Pará, com os Mundurucú; com o Quilombo Rio dos Macacos, em Simões Filho (Ba). Povos tradicionais no Brasil inteiro vivem situações de violências semelhantes”.

“A explicação para tanta violência, é que as terras de uso comum saem do mercado e não podem mais ser comercializadas. Isso gera pânico em gente muito poderosa. No caso de terras indígenas, ainda mais, por se tratar de direito originário, não se indeniza integralmente o fazendeiro. Ele recebe apenas pela benfeitoria de ter passado a terra”. Explica Patrícia Navarro.

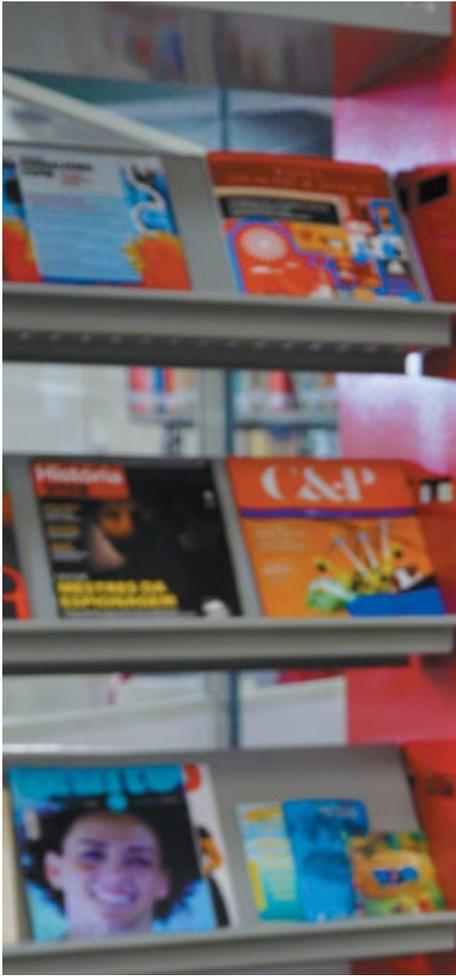


Acima, Cacique Babau em conversa com militantes durante a marcha em defesa das terras sagradas Tupinambá. Ao lado, homenagem do artista Leonardo Pessoa ao líder.

DIREITO ANCESTRAL NÃO SE NEGOCIA

O povo Tupinambá, quase extinto para a construção do Brasil e do tortuoso ideal de povo brasileiro, mantém com glória, como faz questão de garantir o Cacique Babau, a honra de seus Encantados. Essas 1200 famílias que vivem na TI de Olivença seguem na luta cotidiana, pelo direito originário de seu povo se manter na terra que foi de seus ancestrais, historicamente guerreiros, primeira etnia a ter contato com os portugueses na costa, que posteriormente veio a se chamar Brasil.

A fala firme do Cacique Babau mostra a coragem de um povo, disposto a ir até as últimas consequências pela garantia de suas terras. “A luta indígena caminha para uma guerra nacional. Os opressores que roubaram nossas terras e mataram nossos parentes estão cada dia mais fortes. Eles estão se organizando através das leis para roubarem de novo nosso território, e é claro que ninguém vai tomar nossas terras de volta. Pra tirar nós daqui só matando”. 🖐️



O MEDO DO OUTRO

 Edimilton Santos



Foram mais de duas horas de bate-papo franco, direto e aberto com a professora e coordenadora do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Cultura, Desigualdades e Desenvolvimento, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Angela Figueiredo, onde conversamos sobre políticas afirmativas, mobilidade social e universidade.

“As pessoas estão sempre acostumadas a perceber o outro como aquele que serve o café e não o que discute no mesmo patamar.”

Pós-doutora pelo Carter Woodson Institute nos EUA, **Angela Figueiredo** diz que não existe conhecimento neutro

Angela, por que as cotas na universidade é um projeto que deu certo?

O projeto de ações afirmativas na universidade deu certo porque vem propor pela primeira vez uma medida para desestruturar e reestruturar a desigualdade racial no Brasil. A proposta de ações afirmativas vem quebrar um ciclo de reprodução da desigualdade que estava nos cursos do ensino superior durante muitos anos, e o ingresso de estudantes negros, indígenas e de classes populares na universidade cumpre esse papel. As cotas possibilitam o acesso ao ensino superior, que é um mecanismo clássico de mobilidade social no Brasil, passando a ser uma política de combate à desigualdade, mas certamente não se encerra aí.

Avança para a discussão de cotas no serviço público?

O Brasil não vai reestruturar a sociedade se depois que você se formar não existir cotas no emprego. Se você se forma, vai ficar desempregado, porque no Brasil ainda funciona pelo mecanismo de quem indica. E os empregos públicos, reduzidos cada vez mais por conta de um projeto de neoliberalismo e de privatização das empresas estatais, tem um impacto na classe média brasileira em geral, e particularmente na classe média negra. O emprego público sempre foi um canal de mobilidade.

E como é que a universidade tem reagido a essa mudança?

A universidade tem refletido pouco sobre o necessário aprendizado que a gente precisa ter pra lidar com os alunos cotistas, sobretudo aqueles de comunidades tradicionais. O conhecimento ainda é produzido de uma forma vertical. Com o privilégio, obviamente, de um tipo de conhecimento em detrimento de outro. A universidade vive hoje, um momento muito especial com limites claros. Os planos de curso ainda são muito conservadores para a universidade que desejamos. Nós montamos o programa ainda agendado para uma universidade conservadora. Outro modelo de universidade se faz ur-

gente. Os cursos e as próprias disciplinas têm que ser transformados, do contrário corremos o risco de termos alunos desrespeitados em frente a determinados professores e colegas, que relutam em entender a dimensão da posição do sujeito na produção do conhecimento.

Na academia tem sido comum o embate entre produção acadêmica e militância. Por que isso tem acontecido?

O embate entre a militância e a reprodução acadêmica, na verdade, é o resquício de uma crença em uma ciência neutra. Anteriormente, todo interesse no instrumento de raça tinha uma agenda e não era neutra. Trazer o argumento de que a produção acadêmica negra é simples ativismos é um modo raso de desqualificação do olhar do negro sobre os objetos de produção do conhecimento. Temos exemplos importantes que surgem da relação Ativismo e Academia. O feminismo é uma dessas experiências. O sujeito que produz o conhecimento é um sujeito que tem identidade com o sujeito da sua investigação. Esse é o foco do embate. Todo conhecimento é posicionado. Mesmo os europeus estavam olhando o mundo a partir de uma localização.

Você acha que as cotas na pós-graduação pedem urgência?

Conforme dados do Censo 2010, 80% dos residentes no Brasil que possuem um título de mestre ou doutor são brancos, embora a população branca some 47,7% da população brasileira. A população auto-classificada como parda, correspondente a 43,4% da população total brasileira, tem participação de 15,7% entre os mestres e 12,2% entre doutores. Já a população preta, correspondente a 7,5% da população total, está sub-representada entre os detentores de título de mestres e doutores, sendo 3,1% e 2,3%, respectivamente. Observe: o professor para orientar deve ter alguma experiência na área. Então, se o corpo de professores na pós é majoritariamente branco, que não tem experiência em algumas temáticas, e não entende algumas temáticas, esses professores

podem simplesmente não aceitar os trabalhos por falta de experiência. E se não tem orientador, como é que esses estudantes podem ser aprovados? Esse pode ser o mecanismo, digamos, mais clássico. Outros mecanismos podem estar relacionados ao modo como o racismo opera no Brasil.

Os argumentos contrários às cotas na pós-graduação se diferem dos argumentos do início do processo nos anos 2000?

Os mesmos argumentos da meritocracia, os mesmos argumentos do medo. Quando se fala de transformação as pessoas logo apresentam o medo da mudança. E, na verdade, é uma argumentação que não está respaldada nos dados. Os dados mostram o contrário. São outros mecanismos que estão operando na hora da seleção. O que a gente tem que ter é a honestidade de olhar de frente o problema. São argumentos muito próximos àqueles de 2002, 2003, 2004, o mesmo medo da desqualificação da educação no Brasil, o medo da incompetência dos alunos oriundos de escolas públicas, o medo de alunos negros, sempre o medo como uma falta de abertura e de capacidade de pensar o quanto esses alunos vão contribuir, e o quanto os professores podem contribuir para a formação desses alunos. É desafiador mesmo! A tarefa de orientação é desafiadora para todo mundo.

E como está esse debate na UFRB?

Não tem ido a diante por diversos fatores. No Fórum Internacional da Consciência Negra da UFRB tiveram algumas fala, mas ainda não temos um corpo de professores, um conjunto de professores levando essa tarefa a cabo. Eu acho que deveria ter um chamado (aqui é uma provocação à Pró reitoria de Graduação e Pesquisa, inclusive vou telefonar pra lá (risos)). E eu acho que acima de tudo deve-se colocar os professores não-negros dentro desse processo. Os professores não negros delegam a gente uma tarefa que é do coletivo de professores. Precisamos romper com o medo que impede a mudança de perceber o outro. 🦊



Caçça às Bruyxas

No Brasil do século XXI, o fundamentalismo religioso apresenta-se cada vez mais ameaçador, lembrando o período da Santa Inquisição

 Jonas Pinheiro  Morgana Damásio

Feira de Santana, sertão da Bahia, ano de 1960. Acusada pelos vizinhos de ser “mãe de santo”, a comerciante Maria Eulália* é detida pelo delegado de polícia da cidade. Em seu pedido de Habeas Corpus, o advogado alega que a ré não teve direito a defesa. Não foi a primeira vez que a comerciante foi presa pelo mesmo motivo.

O parecer do Juiz ao processo considera que há exagero e informações insuficientes no pedido de soltura. O Código Penal vigente no período tratava como crime ritos de curandeirismo, associados geralmente às práticas das religiões de matriz africana. O caso descrito encontra-se no Centro de Estudo e Documentação e Pesquisa – CEDOC da Universidade Estadual

de Feira de Santana (UEFS).

Passados mais de 50 anos da prisão de Maria Eulália, a liberdade de culto religioso é legalmente amparada na atual Constituição do Estado brasileiro. Na mesma Feira de Santana, a senhora Antonia Barbosa de Souza, moradora do bairro Tomba, no dia 14 de maio de 2014 vai a mais uma audiência de conciliação

no Fórum Filinto Bastos. O fato tem se tornado corriqueiro nos últimos 5 anos, quando passou a ser perseguida por vizinhos membros da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), por ser adepta do Candomblé.

Dona Antonia tem 67 anos, negra, é aposentada e viúva. Analfabeta, ganhou a vida como empregada doméstica e vendendo lanches. Mora sozinha desde 2009, quando sua filha saiu de casa para estudar fora, época em que as perseguições começam. Até aquele ano a convivência na vizinhança era amigável. A relação muda depois de um episódio em que uma oferenda religiosa é depositada na porta de sua casa. Dona Antonia diz não saber quem a colocou, mas o ocorrido foi suficiente para o início da perseguição travada pelos vizinhos evangélicos.

Desde então, as ofensas, agressões e até ameaças de morte não pararam e o caso foi parar na justiça. Seus vizinhos a acusaram de tê-los chamados de “crentes descarados”. Tendo em vista as acusações, Dona Antonia também procurou a polícia. Os processos já se arrastam por 5 anos, sem nenhuma solução. De acordo com ela, a violência

varia de gritos de “feiticeira” às tentativas de agressões físicas. “Ainda assim continuarei da macumba, não vou deixar minha religião que eu gosto por falta de respeito dos outros”, diz a filha de santo.

O caso é tratado pela justiça como um simples conflito entre vizinhos. Diversas audiências de conciliação já foram realizadas e na maioria das vezes, por não ter condições de contratar um profissional, Dona Antonia compareceu sem a companhia de um advogado, o que facilitou pareceres desfavoráveis a ela.

Os vizinhos autores das violências quando procurados pela equipe de reportagem disseram que por orientação do advogado, não comentariam o caso. Segundo a assessoria de comunicação da Igreja Universal “não há por parte da religião a incitação a nenhum tipo de intolerância religiosa. A liberdade de pensamento, crença e culto, garantida na Constituição Federal é defendida de modo intransigente pelos fiéis da Universal”. Ainda segundo a assessoria, “a maioria das vítimas de intolerância religiosa no Brasil atualmente são evangélicas”.

Não é a primeira vez que a Universal é acusada de crime de ódio religioso. Em

1999 o jornal Folha Universal publicou a reportagem “Macumbeiros Charlatões lesam o bolso e a vida dos clientes”. Estampava a ilustração da matéria a foto de Gildásia dos Santos, a Mãe Gilda. Após a publicação, a Mãe de Santo da Casa Axé Abassá de Ogum, no bairro de Itapuã, em Salvador, entrou em depressão e passou a ter seu terreiro invadido por fiéis de igrejas neopentecostais.

“Minha mãe entrou em processo de depressão. Outros segmentos de neopentecostais passaram a persegui-la, ameaças e invasões ao terreiro eram constantes. Certa vez arremessaram uma bíblia na cabeça dela dizendo que iriam exorcizá-la”, conta Jaciara Ribeiro, filha biológica de Mãe Gilda, e atual Yalorixá do Ilê Axé. Mãe Gilda morreu de infarto em 21 de janeiro de 2000, um ano após começarem as perseguições. Jaciara e seus familiares processaram então a Igreja Universal, conseguindo decisão favorável apenas em 2008, através do Superior Tribunal Federal (STF), com um valor bem menor do que o pedido pela família. A data de sua morte, desde 2007, se tornou por meio de lei federal o Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa.

Povo de santo de Salvador protestou no dia 21 de maio contra a decisão do juiz Eugênio Rosa de Araújo que, em uma sentença, não considerou os cultos afro-brasileiros como religiões.



RACISMO RELIGIOSO FAZ VITIMAS EM TODO O PAÍS

Quinze pais e mães de santo assassinados em nove anos. Os crimes poderiam ter acontecido durante a Idade Média, na “Santa” Inquisição ou no Brasil escravocrata, mas os números são recentes e o cenário é o estado do Amazonas. Os dados, com base em números de entidades ligadas a Articulação Amazônica do Povo Tradicional de Matriz Africana (Aratrama), fizeram com que o Ministério Público Federal recomendasse ações de combate à perseguição do povo de santo à Secretaria de Segurança Pública do estado. Em Caxias, no Rio de Janeiro, o terreiro Kwe Cejá Gbé foi incendiado, e os 40 filhos de santos membros da casa perderam suas roupas e objetos sagrados. Não foi a primeira vez que a casa de candomblé foi vítima de perseguição religiosa, o centro tem sofrido há seis anos com diversos atentados.

A situação vivida por Dona Antonia e os crimes no Amazonas e em Caxias (RJ) não são casos isolados. Também no Rio de Janeiro, o juiz da 17ª Vara de Fazenda Federal no estado, Eugênio Rosa de Araújo, em sentença judicial no dia 28 de abril de 2014, afirmou que os cultos afro-brasileiros não contêm traços necessários para serem considerados religião. Isso por não terem um livro base, como é o caso do Cristianismo, Islamismo e Judaísmo, além de não ter um único deus a ser venerado. “Para que nós queremos bíblia, se temos em nossas cabeças os nossos ancestrais?” O desabafo é da Yalorixá Beatriz Moreira Costa, a Mãe Beata de Iemanjá, referência na luta social em defesa dos povos negros e de terreiro e autoridade religiosa do terreiro Ilê Omi Oju Aro, no Rio de Janeiro.

A decisão do juiz foi em resposta a uma ação do babalorixá e advogado, Márcio de Jagum, no Ministério Público Federal, que pedia a retirada de 15 vídeos da internet ofensivos às religiões de matriz africana, postados pela Igreja Universal. Após pressão dos movimentos sociais negros e da mídia, o juiz voltou atrás e modificou

Movimentos sociais promovem atividade em apoio a Dona Antonia*

Movimentos sociais negros, lideranças religiosas, movimentos hip hop e estudantil se reuniram em defesa de Dona Antônia em frente a sua casa no dia 25 de maio deste ano. A atividade intitulada “Microfone aberto contra o racismo religioso” trouxe depoimentos, rap, grafite, exibição de filme e um forte desabafo contra o racismo e a demonização das religiões de matriz africana.

Durante o evento, mesmo com a presença de cerca de 70 pessoas,

em solidariedade à vítima, mais um episódio de perseguição acontece. Um carro de som passa propagando pela rua o bravejo de um declarado fiel neopentecostal que gritava ao microfone e convocava o “povo de Deus” para queimar o “mal”. O mal para eles possui várias formas, e uma delas é Dona Antônia. Por conta da perseguição que sofre de seus vizinhos e com medo de agressões, Dona Antônia deixou de realizar algumas práticas comuns de sua religião, como a defumação da casa, a oferenda anual de caruru no aniversário da filha e a distribuição de pipoca para São Roque. As organizações participantes do

o texto, mas não alterou a sentença. O parecer judicial pela não retirada dos vídeos ofensivos da internet permaneceu. O caso motivou a criação da Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Tradicionais de Terreiro, oficializada na Câmara dos Deputados, em Brasília, no dia 27 de maio.

Em resposta a decisão do juiz carioca e às constantes perseguições sofridas, as Casas de Santo mais antigas e tradicionais do Brasil também se organizaram em um evento, no dia 11 de junho deste ano, intitulado “Povo de Santo ocupa Brasília”, que ocupou a Praça dos Três Poderes para reivindicar a retirada da internet dos vídeos produzidos pela Universal e o fim da perseguição religiosa. Na ocasião, 25 fiéis do Candomblé e da Umbanda foram recebidos pelo ministro da Justiça, José Eduardo Cardoso, que anunciou a criação de um grupo de trabalho para discutir ações de combate à intolerância religiosa. Os reflexos da luta não demoraram a aparecer, e no dia 13 de junho o desembargador Roy Reis Friede, da 2ª Região do Tribunal Regional Federal, decidiu em caráter liminar pela retirada dos 15 vídeos da internet.

“Estamos nacionalizando as nossas demandas que ficavam restritas nos

estados. Nossos problemas acontecem em todos os estados brasileiros e é por isso que precisamos exigir do Governo Federal que aplique a lei”, afirma o Ogan Marcos Rezende, professor de história e membro do Coletivo de Entidades Negras (CEN).

A omissão do governo é uma das maiores denúncias destes grupos religiosos. Para o Ogan Marcos, essa omissão está relacionada à conjuntura política do país, sobretudo a força política que assumem os partidos evangélicos. “O governo não faz o papel devido, não dá respostas à altura do problema, e como no processo tem alguns partidos evangélicos que se posicionam com pautas retrógradas e posicionamentos atrasados, as respostas não agradam quando o tema é a intolerância religiosa”, completa Marcos.

No ano passado, o vereador da câmara municipal de Salvador, Marcell Moraes (PV), criou um projeto de lei que tentava proibir “o sacrifício e/ou mutilação de animais na prática de qualquer atividade religiosa”. Devido a protestos e pressão de entidades ligadas ao Candomblé e a Umbanda, o projeto foi considerado inconstitucional e barrado. Caso semelhante aconteceu no estado de São Paulo, em 2011, quando o deputado, também

evento construíram uma rede com representantes responsáveis para acompanhar o caso e ajudarem com assessoria jurídica. Estiveram presentes na atividade representantes da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Federação Nacional do Culto Afro-brasileiro (Fenacab), Partido Socialismo e Liberdade (Psol), Núcleo Akofena, Núcleo de Estudantes Negras e Negros da Universidade Estadual de Feira de Santana (Nennuefs), Cini Guarany, Movimento Negro Unificado (MNU – Feira de Santana) e a Frente Negra de Feira de Santana (Frenefe).

***Texto: Edimilton Santos**



FOTO EDIMILTON SANTOS

Dona Antonia, 67, perseguida por vizinhos neopentecostais desde 2009 por exercer sua liberdade religiosa

do PV, Feliciano Filho, tentou proibir a prática no estado.

“O motivo fundamental da continuidade das perseguições aos cultos afro-brasileiros é a tenacidade do racismo no Brasil”, é o que afirma o antropólogo Ordep Serra. Para ele, essa mistura entre racismo e religião é perigosa. “O racismo envenena as religiões que lhe cedem espaço e assim engendra fanatismo, o que leva a crimes”.

A historiadora Michelle Dantas, especialista em história da Bahia, chama a atenção para o fato das práticas atuais serem reflexos do processo histórico de inferiorização que os povos africanos sofreram dos portugueses. “Desde o início da exploração do continente africano e o comércio de escravos, os europeus contribuíram para a construção e difusão de uma visão depreciativa que inferiorizava os povos da África. Portanto, sua cultura e religiosidade eram desqualificadas”, afirma. O caso descrito no início do texto foi um dos processos crimes analisados por Michelle em seu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), que discute a perseguição às religiões de matrizes africanas entre 1947 e 1960, em Feira de Santana.

A “BATALHA ESPIRITUAL” DOS NEOPENTECOSTAIS

Entre as principais características da prática de religiões neopentecostais está a presença da “batalha espiritual” entre os representantes do bem e do mal na terra. Os fiéis são soldados de uma “guerra santa” em cruzada contra as religiões de matriz africana no Brasil, eleitas por eles como a representação do mal. Além da Universal, nesse grupo se destacam as igrejas Mundial, Renascer em Cristo e Internacional da Graça de Deus.

Para Ordep Serra, o envolvimento dos neopentecostais nessa perseguição tem caráter mercadológico. “Novas igrejas neopentecostais de missão, desejosas de ampliar o contingente de fiéis de quem capitalizam as contribuições, fazem uma campanha proselitista”. O intuito seria, portanto, converter os praticantes das religiões demonizadas para tornar o ‘negócio’ ainda mais lucrativo. A capitalização das instituições religiosas é mais uma das características dos neopentecostais.

Ironicamente, ou não, os mesmos grupos que hoje perseguem os cultos de matriz africana se apropriam de

costumes destas religiões. Sessões de descarrego, cerimônias de expulsões de espíritos “malignos”, banhos de purificação com o uso de ervas e óleos e a presença de instrumentos musicais percussivos nos cultos religiosos são alguns exemplos. Na opinião de Ordep, essa apropriação é um grande exemplo de má fé dos líderes religiosos cristãos “Essas novas igrejas parasitam o acervo litúrgico dos cultos afro-brasileiros ao tempo em que os condenam. É um sinal perverso de má fé”. Em 2012, a justiça proibiu que o acarajé fosse vendido por evangélicos sob o nome de “bolinhos de Jesus”. O quitute faz parte da cultura culinária do candomblé.

Apesar de serem os principais responsáveis atualmente pela perseguição, os neopentecostais não são pioneiros nessa “campanha de demonização” dos cultos de matriz africana. “A Igreja Católica, por exemplo, foi responsável pela difusão de muitos preconceitos e fomentou com suas prédicas a perseguição ao povo de santo. É verdade que mudou consideravelmente de atitude, mas tem uma responsabilidade histórica na estigmatização dos referidos cultos”, conta Ordep.

Para Mãe Beata, as violências sofridas pelo povo de santo não se tratam de intolerância religiosa. “Não gosto desse termo, para mim é falta de respeito religioso, e não só dos evangélicos”. A Mãe de Santo acredita que casos como o de Dona Antonia, do início do texto, e tantos outros vivenciados no país é só mais uma face do genocídio do povo negro no Brasil. “É racismo sim, e muita gente não acredita”.

No dia seguinte a nossa entrevista, Mãe Beata viajou para participar do ato “Povo de Santo ocupa Brasília”. A força em suas palavras não denuncia seus 83 anos, e em meio a tantas coisas ditas, uma de suas últimas frases reflete a luta do povo de santo em todo país. “Para defender minhas raízes eu sempre estarei de pé”. 🖐️

FOFOCA BLACK

o poder nas raízes

*Assumir cabelos crespos
não é só uma tendência, mas
uma maneira de reconstruir a
identidade e a autoestima
violentadas pelos padrões
estéticos racistas.*

 Alane Reis e Aline Lima

Me diz que sou ridículo, me diz que sou ridículo". No carnaval de 1974 saía do bairro do Curuzu, em Salvador, em direção ao Campo Grande, o bloco Afro Ilê Ayê. Cerca de 100 foliões, todos negros, desfilavam com fantasias exuberantes e coloridas. Nas cabeças, os penteados valorizavam a beleza dos cabelos crespos, sejam os Black Powers, tranças ou turbantes. Sob vaias e acusações midiáticas de "racismo às avessas", o Mundo Negro desfilava pela primeira vez para entrar para a história como um dos principais símbolos contemporâneos de resistência negra no Brasil.

Mas se o Ilê e os bairros da Liberdade e Curuzu consagraram-se como o mundo negro, e se lá, reis e rainhas ostentam suas coroas, este mundo é uma ilha excluída pelo padrão de beleza branco, imposto pela sociedade e reproduzido pela mídia. Casos de racismo e imposições sociais a padrões estéticos eurocêntricos ainda são recorrentes.

Em maio deste ano, a estudante de História da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Nelma De Jesus, foi mais uma vítima de racismo. O médico Jaime Soares, da Santa casa de Misericórdia de São Félix (Recôn-

cavo da Bahia), recusou-se a fazer um procedimento cirúrgico na estudante por causa do seu cabelo dreadlock. Ela conta que se preparava para fazer uma cirurgia de hérnia. No consultório, o médico disse que ela precisaria cortar o cabelo para seguir com o tratamento. "Eu disse a ele que não fazia sentido ter que cortar o cabelo, se a cirurgia era no umbigo. Perguntei se eu tivesse o cabelo igual a da sua assistente (negra, de cabelos alisados) se eu precisaria cortar, ele foi taxativo: 'claro que não'". Nelma conta que prestou queixa na delegacia de São Félix e o caso já foi encaminhado à promotoria. A equipe tentou entrar em contato por telefone com o hospital, mas não obteve êxito.

Em Sienna, na Itália, também em maio, outra estudante da UFRB, Débora Reis, participante do Programa Ciência Sem Fronteiras, foi vítima de racismo. Ela teve sua foto comparada à de um macaco em uma rede social. "Quando aconteceu, a primeira coisa que tive vontade de fazer foi voltar pra casa, mas percebi que não valia à pena deixar meu intercâmbio por causa disso". A autora da montagem racista ainda enviou mensagens de ameaças a Débora: "vou arrancar seus cabelos duros com as

minhas mãos". A estudante procurou a delegacia da cidade para fazer um boletim de ocorrência, mas foi informada que não poderia registrar como crime de racismo. A denúncia foi feita posteriormente quando a agressora expôs informações da vida pessoal da estudante em uma rede social. O processo foi aberto por crime de invasão à privacidade.

Assumir cabelos crespos, mesmo numa época em que a estética negra figura o cenário da mídia e da indústria da moda, ainda é um passo de muita coragem. Libertar-se dos padrões ainda é muito complicado, é o que conta a estudante Lara Amorim, 20 anos, que passou muitos anos alisando os cabelos com cosméticos a base de guanidina e amônia e no ano passado decidiu mudar. A estudante conta que alisava apenas por sentir-se pressionada. "Eu não era feliz com minha imagem quando alisava. Era uma forma de negar a mim mesma. Um dia resolvi começar o processo de transição. Percebi como é bonito expressar minha identidade. Deixei de me incomodar com que os outros pensam e passei a amar o meu cabelo." 🙌

Cuidar dos crespos é bonito e barato

Ultimamente a quantidade de produtos voltados para cabelos crespos vem crescendo no mercado, mas a maioria tem preços elevados fazendo com que as mulheres optem por métodos caseiros, é o que conta a estudante de História da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) Mônica Cerqueira. "As hidratações caseiras são a forma mais barata e eficaz de cuidar dos fios crespos, principalmente à base de amido de milho, abacate, banana ou hidratações industrializadas que potencializamos com produtos como óleos naturais de coco, mamona, amêndoas, com azeites, açúcar, mel, leite."

Mônica ensina uma receita caseira à base de abacate, ela garante que é muito eficaz. Misture no liquidificador:

- » **1 abacate;**
- » **2 colheres de mel;**
- » **2 colheres de um óleo extra virgem de sua preferência (mamona, coco, oliva);**
- » **Um pouco de qualquer hidratação de sua preferência (as mais baratas de mercado já servem).**

Lave seu cabelo como de costume, aplique a mistura mecha a mecha e deixe agir por 30 min. Enxágue e aplique o condicionador. Evite shampoos que tenham sódio em sua composição.



O vexame de tantas MARIAS

“– Assim? – Não. Assim não tá dando pra ver lá dentro. Abre a vagina com a mão para que eu possa enxergar direito e tosse 3 vezes fazendo força como se fosse na hora do parto.”

 Morgana Damásio

Domingo é o dia da semana mais esperado por ela. Somam-se quase dois anos que neste dia ela cumpre o ritual de levantar às quatro e meia da manhã para se aprontar para o momento aguardado. Café coado, ela segue pelas ruas do bairro da periferia onde mora, junto ao sol ainda tímido, em direção ao ponto de ônibus. Horas depois, já no fim de tarde, nos conhecemos. Aqui ela vai se chamar Maria. O cenário é a porta do Presídio Lemos Brito, maior unidade prisional da Bahia, localizado no bairro da Mata Escura, em Salvador.

Pergunto a Maria como se dá o processo de revista para os visitantes. “No módulo que eu vou, se tiver de calça só faz baixar a calça e depois suspende. Agora, se a agente (penitenciária) tiver suspeita de alguma coisa, aí ela manda tirar. Pede a roupa pra olhar. Olha a roupa toda, a calça, a blusa, tudo. Agacha três vezes e você tem que fazer força, né? Pra ver tudo.

E não importa nada, nem se a mulher tá menstruada. A gente fica constrangida, ainda mais quando tá menstruada. Tem que tirar o absorvente e ela fica olhando tudo ali. É horrível”, relata.

Maria conta que em função da revista seu filho a pediu, algumas vezes, que deixasse de fazer a visita. “Prefiro me submeter a essas humilhações do que deixar de ver meu menino”, ela segue falando. Os depoimentos surpreendem, assustam. “Tem uns dois meses que uma amiga minha perdeu a criança, tava grávida de três meses e mandaram a menina agachar, sabendo que ela tava grávida. Ela (a agente penitenciária) mandava fazer tanta força, que depois ela perdeu o bebê”.

Segundo a Rede Justiça Criminal, composta por oito organizações que lutam em conjunto por bandeiras relacionadas à melhoria do sistema de justiça criminal, a prática descrita por Maria acontece toda semana com mais de meio milhão de mulheres, homens, idosos e crianças. A justificativa

utilizada é o impedimento da entrada de armas, drogas, celulares e outros objetos proibidos dentro das unidades prisionais.

Acontece que, segundo estudo divulgado pela Rede, a quantidade de objetos encontrados durante a revista é “ínfima se comparada às apreensões realizadas dentro das unidades”, e que “a maioria dos objetos ilícitos encontrados com os presos não entra com familiares”. Uma importante pista que pode confirmar essa hipótese são os dados da Secretaria de Administração Penitenciária de São Paulo, que informam que a cada 10 mil revistas realizadas nos presídios do estado, em apenas três foram encontrados objetos considerados ilegais na prisão.

AS REVISTAS SÃO INCONSTITUCIONAIS

Para o professor e advogado Samuel Vida “não há respaldo constitucional algum” no processo de revistas íntimas. Ele integra o Aganju, Afro-Gabinete de Articulação Institucio-



nal e Jurídica, organização que se debruça no eixo Direito e Relações Sociais. A Constituição Federal da República do Brasil, de 1988, assegura no seu primeiro artigo o princípio da dignidade da pessoa humana. Mais a frente, o artigo quinto, dispõe sobre os direitos e garantias fundamentais e prevê que ninguém pode ser submetido a tratamento desumano ou degradante, e que a intimidade é inviolável. Ainda no mesmo artigo, é definido que a pena não passará da pessoa do condenado – não pode, dessa forma, ser estendida aos familiares.

Além dos itens previstos na constituição existe também uma resolução de 12 de junho de 2006, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, que recomenda a utilização de equipamentos eletrônicos de revista em presídios e a preservação da honra e da dignidade da pessoa durante os processos manuais de revista. A revista íntima também foi condenada pelo Subcomitê de Prevenção à Tortura da ONU, em 2012, e pela Convenção Americana sobre Direitos Humanos, de 1969.

“Mesmo um preso, mesmo um condenado ou aquele que está sob custódia do estado aguardando julgamento, tem pela constituição assegurada a sua dignidade. Além de uma série de direitos, inclusive, de não ser exposto a nenhum tipo de tratamento constrangedor,

cruel, degradante, desumano. A forma assumida pela revista íntima, no contexto prisional brasileiro é reveladora de todos esses defeitos. Portanto, é uma prática totalmente descabida. Seria descabida para um apenado, ainda mais para um cidadão que tá em pleno gozo de todos os seus direitos, que não cometeu nenhuma infração, que vai até a unidade penal realizar uma atividade que é absolutamente lícita, direito seu e do preso”, explica Samuel.

Para o advogado, existe um silenciamento por parte do estado e da sociedade que veem o preso, e por extensão, seus parentes, como pessoas não merecedoras de direitos. “A violação não é praticada por um ato isolado de um agente penitenciário que burla o ordenamento. Ela é feita com o consentimento do Estado, que tem ciência dos abusos, não oferece deliberadamente alternativas e meios técnicos que poderiam suprimir por completo a revista vexatória, e acaba transformando esse procedimento num segundo procedimento punitivo, que se estende, inclusive, a família do apenado”, diz.

A visão do advogado é compartilhada pela Associação de Familiares e Amigos de Prisioneiros e Prisioneiras do Estado da Bahia (Asfap). A Associação, que foi criada em 2005, por conta das condições as quais os presos são submetidos, prestou denúncia ao Ministério Público, em junho deste ano, a respeito do caráter das revistas realizadas nos presídios da Bahia. “A Asfap vêm batendo de frente com essa situação. A revista vexatória vai de encontro com a nossa Constituição. Ela expõe todo e qualquer familiar dos prisioneiros e prisioneiras, tornando

A “Maria” acima ilustra também a campanha da Rede Justiça Criminal pelo fim da revista vexatória. Acesse o site e saiba mais:

» www.fimdarevistavexatoria.org.br



ILUSTRAÇÃO ALEXANDRE DE MAIO

a situação humilhante, torturadora, vexatória” afirma a coordenadora da Asfap, Elaine Bispo, que ressalta que os visitantes não aceitarão mais esse tipo de conduta.

Segundo a coordenadora, os relatos de visitantes que se sentem coagidos por parte dos agentes são episódios corriqueiros. Além da revista manual em partes do corpo como vagina e anus, Elaine também sinalizou as más condições de higiene dos espaços utilizados para as revistas e a presença de crianças presenciando o procedimento.

A reportagem entrou em contato com a Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização (SEAP), mas até o fechamento da edição não obteve retorno. O órgão, na Bahia, é responsável por “promover a melhoria contínua do sistema prisional com ênfase na racionalização da gestão das práticas operacionais, no aprimoramento das condições de segurança e na garantia da humanização do sistema”.

PL PRETENDE PROIBIR REVISTAS VEXATÓRIAS

Apresentado pela Senadora Ana Rita (PT/ES), o Projeto de Lei (PL) 480 / 2013 determina que a revista pessoal deva ser realizada com respeito à dignidade humana, “sendo vedada qualquer forma de desnudamento, tratamento desumano ou degradante”. O PL prevê também que, prioritariamente, a revista deve ser feita por meio de equipamentos eletrônicos detectores de metais. A revista manual ficaria portanto restrita apenas em situações onde, por motivo de saúde, o visitante não possa passar por equipamentos

eletrônicos ou quando, finalizado o procedimento, persistir a suspeita de porte de objetos proibidos. Nesta última ocasião, objetivando manter a integridade física, psicológica e moral do revistado, o projeto define que a revista se dê de forma individual, vetando toda e qualquer forma de desnudamento, o uso de espelhos, esforços físicos repetitivos e a introdução de qualquer objeto nas cavidades corporais do visitante.

O Projeto de Lei, aprovado em junho pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, caso não haja recurso, seguirá para votação na Câmara. Samuel Vida acredita que a aprovação do PL é importante porque uma vez transformado em lei, a partir de um debate institucionalizado, é evidenciada a necessidade de se adotar outro padrão, porém ressalva, que independente de lei, a revista íntima é ilegal, inconstitucional, e deveria ser imediatamente banida por ser violadora dos direitos fundamentais. “A hipótese da legislação tem uma utilidade tática no processo de enfrentamento político porque ela possibilita um debate que a sociedade registra em fazer. O estado finge não ter responsabilidade, mas a rigor caberia ao Ministério Público uma ação imediata de interdição desse tipo de prática e caberia eventualmente as entidades que lutam pelos direitos humanos ingressar com medidas, formular ostensivamente a denúncia, pra que esse procedimento possa cessar imediatamente, ou seja, não é o caso de algo legal que precisa ser objeto de uma nova legislação pra deixar de ocorrer”, afirma.

BRASIL: CAMPEÃO NA VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

A revista vexatória está longe de ser a única violação encontrada dentro dos presídios brasileiros. Manchetes sobre a preparação da copa no Brasil ofuscaram uma notícia que deveria ter chamado à atenção dos brasileiros: conforme os dados do Centro Internacional de Estudos Prisionais (ICPS), do King's College, de Londres, temos a terceira maior população carcerária do planeta terra. São 715.655 presos, segundo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Na Bahia, segundo dados divulgados no Portal da SEAP, em Abril, dos nove presídios localizados na capital do estado, cinco se encontravam com a capacidade excedente. Já no interior dentre os quatorzes, treze deles apresentavam superlotação. Entre os números de destaque estava o Conjunto Penal de Itabuna, com 738 presos a mais que sua capacidade, que é de 478.

O presídio apresentava número excedente de presos mesmo com a rebelião, provocada por briga de grupos rivais, no dia 23 de maio. O saldo do episódio são dois mortos e quinze feridos.

A Bahia também leva a medalha de bronze no ranking de maiores percentuais de presos na fila de espera do julgamento com 64% da população carcerária baiana em condição provisória. Para Samuel Vida o modelo de “superencarceramento” presente no país está ligando intimamente com o modelo de hierarquia social e racial, engendrado historicamente, que tem a função de legitimação da desigualdade. Por isso ele seria articulado em sintonia com o modelo de opressão sócio racial mantido no Brasil.

“O preso é fundamentalmente o negro, o pobre, que já é estigmatizado como indesejável. É alvo de discriminações variadas, inclusive vive de uma maior vigilância policial, o que faz com que seja cliente previamente escolhido pelo estado e conduzido pra lógica de encarceramen-

to. Isso põe inclusive a nu a falsa ideia vendida pela mídia conservadora e pelos partidos políticos, em geral, inclusive, até de partidos de esquerda, de que há uma impunidade no país em relação aos delitos comuns ou de que há um sistema repressor falho. Na verdade o sistema repressor brasileiro é extremamente eficaz na repressão daqueles setores vulneráveis e certamente eleitos como clientela do sistema prisional”, afirma.

Na mesma medida em que o Brasil tem vivido nas últimas décadas uma ascensão dos números de encarceradavação dos assassinatos de jovens negros.

Ela inclui uma parcela e elimina a outra. Só pra se ter uma ideia, nos últimos dez anos o risco de um jovem negro ser assassinato aumentou, e o risco de um jovem branco, reduziu em aproximadamente 30%”, afirma Samuel.

- O sistema carcerário é um fracasso?, pergunto.

- “Eu não diria que é um fracasso, eu diria que é um sucesso, pois ele foi montado pra isso. Todo sistema penal baseado no conceito de defesa social, é estruturado para legitimar as opressões seculares de raça, de



Foto da operação pente fino, veiculada originalmente no Diário do Grande ABC, recebeu o prêmio Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos, em 1988

“A política de repressão opera em dupla mão. É revelador o fato de que nos últimos dez anos quando o estado brasileiro mais adotou políticas de inclusão, PROUNI, bolsas, cotas nas universidades, tenha sido também o período de maior intensificação de assassinatos de jovens negros, o que mostra, que a inclusão quando é feita sem mexer na política de segurança pública, é uma inclusão incompleta.

gênero de classes, que reproduzem singularmente numa dada sociedade. Então não podemos falar no fracasso, há um grande sucesso e é um sistema penal exitoso porque é motivado para perpetuar esses absurdos, violar o direito desse segmento, para criminalizar, e ao mesmo tempo, alimentar toda uma indústria conservadora de segurança pública, baseada na repressão”, finaliza. 🖐️

O CANDI -DATO

Por Lande M. Onawale* (para Josafá Mota)



Não consegue dormir. A cama parece mais estreita e ele esbarra algumas vezes na mulher, que respira profundamente. Como pode?! A insônia dele o faz rolar até a infância, trazendo o mesmo frio na barriga - o temor de não ter seu desespero acolhido por alguém que é acordado no meio da noite. Fingia um sono agitado, mas era, na verdade, um pedido de ajuda.

Pensa na reunião que ocorrera na sede do partido, mais cedo. Tensa. Ele praticamente só, se debatendo em argumentos contra a sua própria corrente política. A namorada também fuzilava a resistência dele, seu titubear. No carro, se disse nervoso

com a proximidade da Convenção. O que era parte da verdade, pois embora fosse um dos melhores quadros do partido, um discurso naquela linha nem de longe lhe acenava com um começo. Certa da vitória, a mulher lhe compreendeu e beijou sua face. E é nos braços dessa certeza que ela agora dorme o sono dos exaustos. Ele, ao contrário, não está em paz com a decisão do grupo, que lhe toca tão intimamente, e no fundo ainda não é sua. Com mais uma ou duas cutucadas, acorda a mulher, que senta na cama com um esforço sonolento. A fala pausadamente irritada.

- O quê foi, Guilherme?
- Nada...

Deduzindo o que seria, a companheira suspira e cruza os braços com irritação. Ele tem o olhar preso no teto e, constrangido, vacila:

- Sabe, amor... você tem certeza?

Com a impaciência, o cabelo da mulher escorre das orelhas várias vezes, e ela os recoloca rapidamente no mesmo lugar, num gesto peculiar de nervosismo. Busca os olhos dele, e diz duramente:

- Guilherme, hoje conseguimos, enfim, fechar uma posição quase unânime em torno dessa proposta. Foram horas, Guilherme, horas. Não há mais o que discutir quanto a isso. Você é negro, sim!

Não sabia como refutar os argu-

mentos sem parecer racista, e nem como fazer aquela idéia habitar nele com naturalidade. O candidato negro do partido. Nunca havia pensado nisso – e como se espantou ao saber que os companheiros pensavam! A pele clara e o cabelo que raramente deixava ganhar altura, se não escondiam de si mesmo alguma origem negra, igualmente não faziam dessa origem uma questão. Não tinha este pertencimento, essa identidade. Era na Europa, no pensamento ocidental onde sugava seus conhecimentos. E havia os embates contra o Movimento Negro e sua cantilena de racismo, racismo... Ora, o racismo será vencido pelo socialismo! Como outros membros do partido, não via substância ou fundamentação teórica na militância negra, embora reconhecessem que a questão racial se tornou pauta no discurso político nacional. Mais à custa de tambores e lágrimas que de argumentos, ironizava.

Agora o partido precisava de um nome que pudesse transformar em votos este apelo dos negros, sem perder de vista que a questão racial é, no fundo, social e econômica. Era ele esse nome. Mesmo tomado por um conflito que, naquela intimidade, sua nudez não fazia questão de ocultar.

- Não é preciso a gente se fazer passar por um deles, para os representar..

- Guilherme, você é um deles!

- Eu não me sinto.

- Mas é.

- Me sinto um impostor...

O desamparo da declaração evoca na mulher uma ternura.

- Querido... Depois da convenção se sentirá melhor, legitimado. E ela afaga seu cabelo, que tentava convencê-lo a deixar crescer. Até avó negra você teve...

- Bisavó...

- Que fosse tataravó! Você pode falar em nome dela, que podia ser até

do candomblé.

- Logo vai querer que use colar de orixá... Algo incompatível com minhas convicções.

- E por que não? Lembre da tese do velho professor: Karl Marx não era ateu!

- O que nosso ensaio monográfico contestou veementemente. Esqueceu?

- Porque éramos imaturos política e teoricamente, Guilherme. A crença em Marx era mesmo seu maior atestado revolucionário. E que generosidade!

O homem a olha incrédulo, mas de novo reflexivo. Admirava nela uma chama de convicção e loucura que, nele, via acomodar-se com os anos. Foram colegas na faculdade, seguiram companheiros de partido e, há alguns meses, namoravam.

Ela vai ao banheiro, enquanto ele re-memora conflitos entre o partido e a militância negra. Como na plenária sobre a vinda do recém liberto Nelson Mandela, em que defendeu a participação dos partidos de esquerda no palanque para dar um tom político ao ato. Um membro do Movimento União Negra, último inscrito, o fustigou. Nosso ato não precisa da esquerda branca para ter sentido político. Ao contrário, a presença desses partidos será a negação da essência política do nosso ato. Seguiu-se uma balbúrdia memorável, que saiu porta afora do local da plenária. Afirmacões absurdas como essa nunca foram (nem seriam!) compreendidas por ele. Ainda bem que, se a voz dos tambores cresceu, desapareceram os fóruns e organizações que davam palco para essa militância que racha a unidade do proletariado.

De volta ao abrigo do lençol, a mulher comenta:

- Até parece que é a primeira vez que você disputa uma vaga no partido..

- Das outras vezes você foi contra. Você e o Agapito...

- Ciúmes uma hora dessas, Gui. Era outra conjuntura. Você era melhor, mas não o mais viável. É preciso dar qua-

lidade ao debate racial nas próximas eleições. Corremos o risco de ver eleitos gente que ponga no partido, mas sai por aí dizendo que entre Esquerda e Direita continua preto! É isso que você quer pro seu povo, Guilherme? Esse fisiologismo contraditório de batinha africana?

O namorado balança a cabeça negativamente. Calado, mas já demonstrando certa autoconfiança, levanta e dá uma volta cautelosa pelo quarto, como se pisasse em delicados planos. Agacha-se em frente à mulher, e tem os olhos úmidos.

- Então, querido... Você é a nossa vez! Se eu fosse preta cê ia ver. Eu não ia dar vez a nenhuma 'candidatura trancinha', de aparência, e nem a essa falácia de irmandade negra. Mas não sou negra, não tive essa sorte, Gui. É você que tem o pé na senzala, brinca com sorriso triunfante.

Ele sente a face aquecer ao ouvir isso, mas algo fresco já desembaça a paisagem que aos poucos consegue vislumbrar. Nem houve mesmo tempo para seu novo otimismo estremecer, pois ela acolheu o rosto dele com as mãos e o levou até o colo do peito. A alça do baby doll desliza, revelando o seio um pouco flácido, mas com um volume e uma atitude que exige ser mordido outra vez. E ele o faz. 🖐



***Lande M. Onawale** é escritor e poeta. Colaborou em antologias como *Cadernos Negros*, e nos documentários “*Makota Valdina – um jeito negro de ser e viver*” e “*Lápis de Cor*”. Tem três livros publicados, incluindo “*Kalunga*” e “*Sete: diásporas íntimas*”, ilustrados acima.



Denegrir a **UNIVERSIDADE**

Denegrir: significa obscurecer; fazer ficar mais negro ou escuro. Aqui empregado em seu sentido literal.

📍 Rose Cerqueira 📍 Jheffeson Jheksom

Nos últimos 10 anos, o público universitário mudou significativamente com a implantação das Políticas de Ações Afirmativas, hoje legitimadas constitucionalmente. As universidades brasileiras têm se deparado com o desafio de pensar o ensino, a pesquisa e a extensão a partir das novas realidades trazidas por outro perfil de estudante que agora adentra no ensino superior.

Como exemplo dessa mudança de público tem a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), como a primeira do país a ter uma Pró-reitoria destinada a pensar e promover as políti-

cas afirmativas. A UFRB possui 84,3% de negros, frente a 40,8% da média nacional, segundo dado do Fonaprace/ANDFES.

Além disso, hoje 50% das vagas destinadas para cotas, 76,67% delas são reservadas à população negra.

Fruto dessa mudança e se vendo com maioria numérica, alunos negros tomaram a iniciativa de discutir a UFRB e o modelo de educação superior no Brasil. Contaram com o apoio da Coordenação de Políticas Afirmativa (CPA/UFRB) e construíram o I Encontro de Estudantes Negros, Negras, Indígenas, Cotistas e Quilombolas (ENICQ). O objetivo foi avaliar

as políticas já implementadas e as perspectivas de um modelo educacional contemplador.

“O ENICQ já se justifica pelo fato de termos os negros como maioria dos estudantes. E, mais do que isso, o encontro atualiza e recoloca as pautas dos cotistas para a UFRB e para fora dela. Precisamos mais que uma universidade com um monte de preto, precisamos de mudanças reais na forma de construção do conhecimento e que contemple nosso olhar para o mundo”, afirmou Augusto Oliveira, estudante cotista, um dos organizadores do encontro. 🖐️

"Se a grande mídia se veste do discurso de pretensa imparcialidade, a Revista Afirmativa sabe muito bem o seu lugar de fala."

- Lutz Nova, jornalista e professor

"Me sinto privilegiado em ter lido essa revista. Virei fã."

- Paulo Sérgio Paz

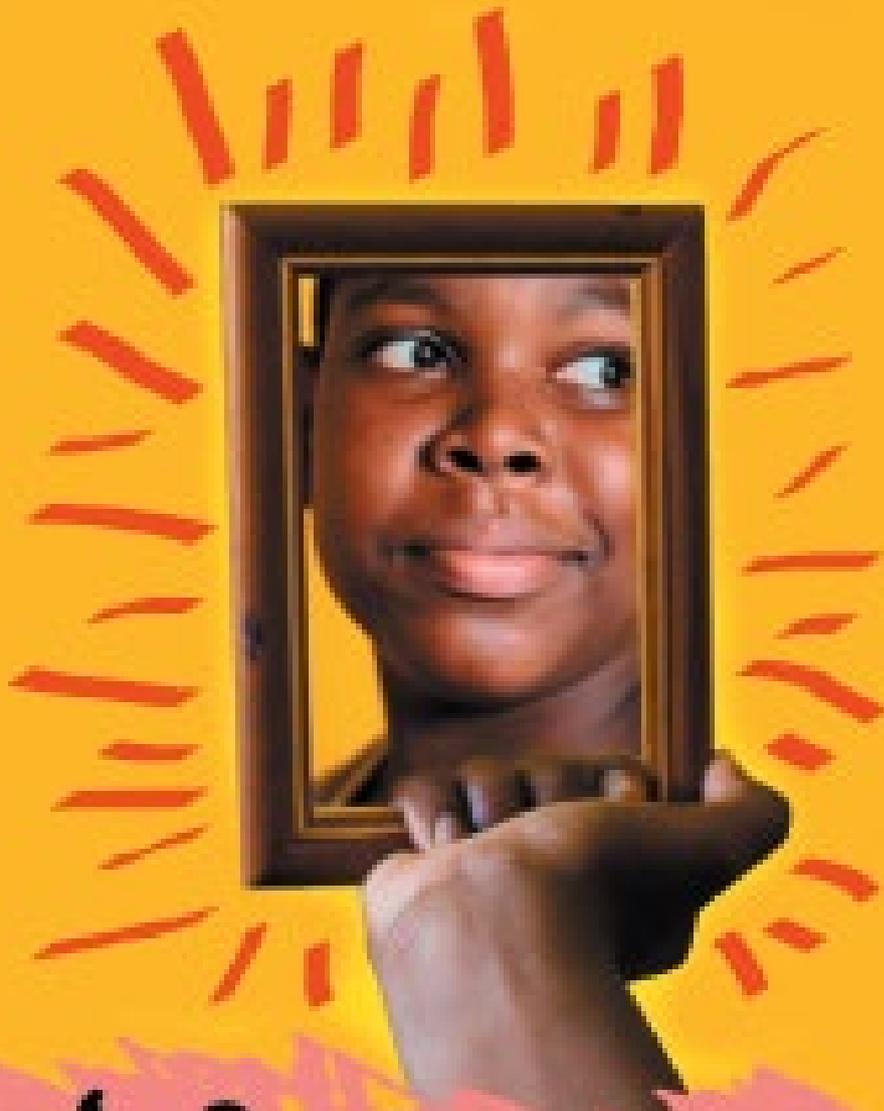


"Uma referência para a continuidade dos processos históricos de luta pela libertação do povo negro."

- Ildice Ferreira, pedagoga

"Um exemplo da excelência que a política de ações afirmativas pode produzir. Vocês me representam."

- Jurema Werneck, médica e professora



LAPIS COR de

um filme de Larissa Santos

Produção 

Co-produção 